

Descentralização da Funai, talvez a melhor solução para os índios

JOSE MARIA MAYRINK
Enviado especial

De repente, depois de seis meses de crise e cinco presidentes, estão todos de acordo: é preciso descentralizar a Funai. O que Alvaro Villas Boas pregava, um dia antes da demissão, tornou-se promessa no discurso de posse de seu substituto, Apoena Meirelles, com o apoio do ministro Costa Couto, do Interior, que vê no fortalecimento das delegacias regionais a única saída para tirar os índios de Brasília.

Na semana passada, eles eram 328 — números oficiais — e todas as manhãs desembarcam novas comitivas de "lideranças indígenas" de todas as nações, em busca de respostas e soluções para seus problemas. As vezes, são questões fáceis de resolver — tratamento de saúde, pedidos de adubos e sementes para roças — mas na maioria dos casos os índios brigam pela posse de suas terras, exigindo a devolução do que foi ocupado e a demarcação do que ainda resta.

A Casa do Índio, que a Funai mantém perdida num matagal da Asa Norte, abriga uma média de 80 hóspedes, que chegam quase sempre em grupo, às vezes famílias inteiras. São os índios doentes, enviados pelos delegados e chefes de posto para consultas e internamento em Brasília. Eles têm cama e comida de graça, orientação dos funcionários e condução para rodar pela cidade.

Paulo Tapirapé chegou há dois meses com a mulher Taparava para tratar a pneumonia da filha, Ipaíró, de um ano, ainda muito magrinha, mas quase boa. Se não tivessem viajado com a menina para Brasília, ela teria morrido na aldeia. "Quando é doença conhecida na tribo, a gente mesmo trata, mas em caso de dúvida não é bom facilitar", diz o índio Paulo, que nasceu há 25 anos numa comunidade de apenas 50 tapirapés, no Mato Grosso do Sul.

"A tribo cresceu e já somos uns 300 índios, mas no princípio do século os tapirapés eram mais de seis mil", conta o índio, lembrando como o sarampo e outras pragas desconhecidas dizimaram o seu povo.

A Casa do Índio, instalada hoje num galpão térreo cercado de arame, depois de ser despejada da Casa do Ceará, mais ampla e confortável, tem problemas de alcoolismo e promiscuidade, apesar de toda a vigilância da administração. Uma mulher queixou-se a um padre de que um índio de outra tribo a obrigou a dormir com ele — uma coisa que acontece com frequência ali, embora os dormitórios masculinos e femininos sejam separados.

Mas nem todos os índios vão para a Casa do Índio.

A maioria chega em grupos e se hospeda em hotéis modestos junto à sede da Funai, no setor industrial de Brasília. Foi com eles que Alvaro Villas Boas gastou, em apenas dois meses, mais de Cr\$ 1,5 bilhão — despesa que seria muito maior, se fosse contado também o que se distribuiu em verbas, a título de auxílio.

Os grupos vêm de ônibus, com as passagens pagas pelas suas comunidades, missões religiosas e frequen-

temente pelas próprias delegacias regionais, que não conseguem resolver seus problemas. Passam o dia inteiro rodando pelos corredores da Funai, cada grupo conversando em sua língua. Alguns usam cocares e bordunas, mas a maioria veste calças jeans e carrega bolsas a tiracolo. Gostam de relógios de pulso, compram sapatos e tênis, exibem camisetas de brinde com as mais contraditórias marcas.

Os índios passam semanas nos hotéis e mandam a conta para a Funai, que paga também corridas de táxi e compras de lojas. "Eles adoram tomar um campari", observou um assessor do Ministério do Interior, examinando as notas de despesa, que não há como discutir. Mas com frequência bebem cachaca e acabam brigando. O padre Vicente César, diretor do Instituto Antropológico do Brasil, que costuma visitar os índios e acompanhá-los em suas peregrinações pela burocracia de Brasília, disse que recentemente um índio matou outro a facadas depois de uma bebedeira — um crime de que não se falou.

"E o melhor mesmo é não falar, porque a gente só deve tratar do índio quando puder ajudá-lo", concluiu o padre, pregando também a descentralização da Funai para as delegacias terem autonomia e condições de resolver todos os problemas junto às tribos. Na sua opinião, "toda vez que o índio sai de sua aldeia, ele volta menos índio", porque o contato com o mundo dos brancos o corrompe.

"Eu nunca trouxe um índio a Brasília, enquanto dirigi o Cimi (Conselho Indigenista Missionário, da CNBB), e deixei a direção quando discordei do padre Antonio Iasi, que começou a perder o controle. Manipulação do índio? Não é só do Cimi. Todos nós nos servimos do índio em proveito de alguma coisa, às vezes com os objetivos mais escusos. Poucos de nós servimos ao índio."

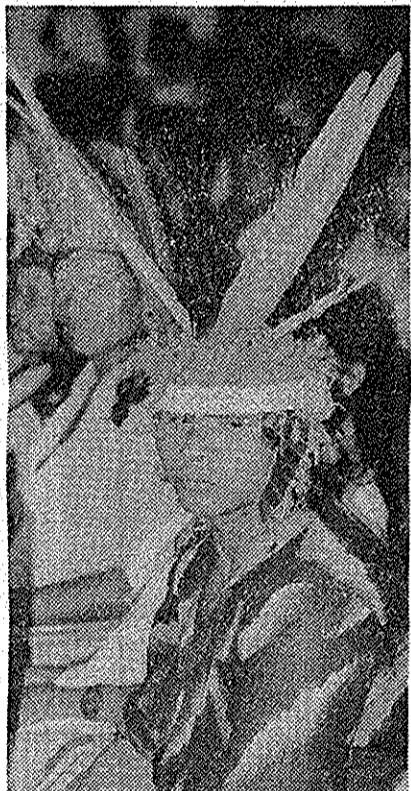


Foto Sérgio Borges
Cacique Saracura

Padre Vicente César, que agora se dedica a estudos de antropologia e dirige um museu indígena, entende por que os índios viajam aos montes para Brasília e ficam de plantão às portas da Funai, revezando-se depois de algumas semanas, sempre à espera de soluções para seus problemas. "Eles não conseguem nada nas delegacias regionais."

É evidente que há também índios profissionais, admite o padre Vicente César, e com ele concorda o secretário-executivo do Cimi, Antônio Brant, um missionário leigo que agora dirige o organismo da CNBB. Mas são exceção, pois a maioria dos chefes indígenas chega a Brasília por questões sérias e aparentemente insolúveis. O cacique Aniceto (disso é testemunha o ministro Costa Couto) veio pedir sementes e adubos para as roças xavantes, um assunto que poderia ter sido resolvido pela delegacia regional, sem precisão de bater à porta do presidente da Funai.

"Muitos estão aqui há meses pedindo a demarcação de suas terras e esse é o problema mais difícil de resolver", observou Antônio Brant, citando o exemplo dos calovás da região de Piracua, no Mato Grosso do Sul. "São uma comunidade de 130 índios, cujas terras têm sido expropriadas há séculos para se transformarem em fazendas de gado. Há cinco anos vêm ouvindo promessa, mas jamais tiveram uma solução."

É o mesmo caso dos pataxós, do Sul da Bahia, cujos caciques — Nelson Saracura e João Cravin — não se cansam de Brasília, sempre correndo entre a Funai e o gabinete do ministro do Interior, na esperança de demarcar suas terras. Saracura gostou da saída de Villas Boas (segundo o qual, "os pataxós vieram conhecer borduna em Brasília") e recebeu desconfiado a nomeação de Apoena. "Não vou dizer que é melhor nem pior, mas ele pode saber que vamos cobrar dele a aplicação do Estatuto do Índio".

Índio é isso mesmo, garante Marcos Terena, que deixou sua tribo em 1977, estudou em Brasília e transformou-se em assessor especial para Assuntos Indígenas no Ministério da Cultura, depois de ocupar a chefia de gabinete do presidente da Funai. "Índio se entende com branco só enquanto os seus interesses coincidem. Quando não puder acreditar mais no branco, não existe mais confiança".

Não pensem então os brancos que borduna de índio em Brasília seja só enfeite e fantasia. O ministro Costa Couto sentiu bem isso dois meses atrás, no dia da posse de Alvaro Villas Boas. Ele estava reunido em seu gabinete com 89 líderes de 19 tribos, quando recebeu um bilhete de Apoena: "Apreste o fim da reunião, porque os xavantes estão muito tensos". Quando o ministro perguntou o que significava isso, Apoena (que nasceu numa aldeia e fala a língua xavante) respondeu que os terenas estavam provocando muito e, se a reunião não acabasse logo, ia começar o quebra-pau. Agora, dois meses depois, assessores do ministro informam que ele correu "real risco de vida". Os índios estavam todos armados e só se acalmaram horas depois, na sede da Funai, graças à intervenção e à bravura do velho Raoni, chefe txucarramãe.

Cheques acalmam os caciques

O apoio do cacique Raoni à nomeação de Alvaro Villas Boas, denunciaram seus críticos em Brasília, custou Cr\$ 500 milhões, que o ministro Ronaldo Costa Couto pagou. Alvaro não interpreta assim e, na verdade, não se tratou de um negócio, mas ele confirma que Raoni recebeu esse dinheiro — duas prestações de Cr\$ 250 milhões — para mudar os txucarramães de aldeia, "uma mudança que antigamente os índios faziam sem gastar nada".

Ninguém vai negar, porém, que distribuir cheques aos índios sempre foi uma prática da Funai, um recurso utilizado para baixar a pressão e acalmar os chefes que não podem voltar de mãos vazias às suas aldeias. Villas Boas mesmo informa que há poucas semanas "um índio que nem era índio recebeu Cr\$ 16 milhões para a construção de uma cerca em suas terras". É o ministro do Interior constatou, depois de uma auditoria, que houve distribuição irregular de verbas, a título de "auxílio ao índio", já na administração da Nova República.

"Antigamente, o branco dava espelhos. Agora, agrada o índio com relógios, calças jeans, óculos e dentaduras. É sempre uma maneira de 'enrolar índio', como é norma na Funai, sem atacar os problemas pela raiz", observa Marcos Terena, no Ministério da Cultura.

Segundo ele, essa ajuda é sempre provisória e serve para a Funai se livrar do índio duas ou três vezes, mas não mais do que isso.

"Se o índio vê que não se resolve os problemas, perde a paciência.

Ele não pode voltar sem solução para a aldeia, porque fica desmoralizado. Os índios hoje têm uma visão do Brasil, sabem o que está acontecendo com outros grupos, através do rádio. Enrolar o índio é uma bomba de efeito retardado."

Terena (32 anos, piloto comercial, estudante de Economia e ex-cadete da Força Aérea) acha que os brancos, o governo, a Funai precisam olhar o índio como ele é — primeiro como pessoa humana, depois como gente de origem étnica diferente. E ele dá exemplos:

"Um branco pode morar num apartamento, mas o índio não consegue. É como criar um filhote de leão em casa. Um dia ele sente saudade do mato, reage e foge. As pessoas pensam que o leão ficou louco, mas não é isso: voltou a ser leão. A mesma coisa acontece com o índio. Somente depois de o branco entender o que a terra significa para o índio, em sua interpretação de valores, será possível resolver o problema fundiário no Brasil. Dizem que os índios atrapalham o progresso, que são preguiçosos e ocupam inutilmente grandes extensões de terra. Não é isso: o índio tem outra dimensão de espaço".

Terena, que fala inglês e francês, viaja ao Exterior e mora num apartamento ("só para dormir"), defende a tese de que o índio deve integrar-se ao país em que vive, da mesma maneira que se integraram as colônias de imigrantes japoneses, italianos ou alemães.

"Essa integração implica direitos e deveres, o índio tem de assumir

responsabilidade pelo que faz. Isso não vai anular a tutela que recebe da União, garantia de sua sobrevivência. Se os recursos naturais de suas terras tiverem de ser explorados, essa exploração deverá concorrer para o crescimento dos índios e para o progresso do País, será a contribuição dos índios para a riqueza do povo".

São essas idéias que, segundo Marcos Terena, os índios deverão levar à Assembleia Constituinte, "se conseguirem eleger, com o apoio dos brancos, pelo menos três deputados indígenas, um deles pelo Estado de São Paulo". O representante de São Paulo deverá sair do Parque do Xingu, pela sua ligação com os irmãos Villas Boas, cujo apoio os índios pretendem conseguir.

Araribóia, o indiozinho pataxó de 15 anos que Terena contratou como contínuo para tirá-lo da rua, ouve as lições e vai aprendendo que os tempos mudaram. Ele está estudando o Estatuto do Índio, para conhecer os seus direitos e por eles lutar. E, além de Marcos Terena, tem o exemplo de Jorge da Silva, outro terena que resolveu trabalhar pela integração do seu povo. Adotado na infância por um casal de americanos, Jorge cresceu e estudou nos Estados Unidos, onde fez até pós-graduação. Mas, quando Marcos Terena lhe disse que precisavam dele aqui, deixou a mulher e dois filhos (os três americanos) e atendeu ao chamado. Voltou falando português com sotaque, mas não esqueceu a língua de seu povo, o idioma terena.